



Nº 195 • EDIÇÃO ESPECIAL • MAIO • 2016

UM SINDICATO DE CATEGORIA • FILIADO À CUT E À FISENGE

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

 Senge-RJ

ESPECIAL/GOLPE



Roberto Stuckert Filho/PR



GOLPE CONTRA A DEMOCRACIA

Primeira mulher presidenta do Brasil, Dilma Rousseff foi afastada por 180 dias após sessão no Senado, desrespeitando mais de 54 milhões de votos

TEMER JAMAIS!

**LUTAR SEMPRE!
NÃO ACEITAREMOS
RETROCESSO!**

A VISÃO DO SENGE-RJ SOBRE O GOLPE. Pág. 5



CUT E FISENGE REAFIRMAM LUTA PELA PROTEÇÃO DOS DIREITOS TRABALHISTAS



EDITORIAL

Luta política e disputa de hegemonia

O deslocamento de poder recentemente ocorrido no país, com o golpe regimental aplicado contra a presidente da República, significa um avanço significativo das forças conservadoras. Entretanto nem tudo está perdido. Para reverter essa situação, é necessário que as forças políticas que ocuparam até ontem o lugar na direção máxima da República se submetam a um profundo processo de autocrítica, façam um apelo aos militantes que foram as ruas defender um outro projeto político, para uma profunda reflexão sobre os chamados governos de coalizão e o sistema de alianças que os sustentaram.

A chamada defesa da governabilidade, que foi a pedra de toque dessas alianças, onde inúmeras concessões políticas foram sendo feitas ao longo do tempo aos "aliados" de ontem, serviu, no longo prazo, para o fortalecimento dos segmentos golpistas e para a montagem de um golpe servido em doses homeopáticas, com "amplo direito de defesa", exatamente para confundir a opinião pública e dotá-lo de uma aparência de legalidade.

A estratégia profundamente equivocada de adiar o confronto em nome de uma falsa colaboração de classes deixou na mão dos golpistas escolherem o melhor momento, o campo de disputa e as armas em que o combate iria se realizar. O resultado aí está.

Quem quer o impeachment?

Existe um grande interesse da classe patronal em um novo governo que permita tornar a mão de obra brasileira mais barata

O assunto é polêmico. Há parcelas consideráveis da população que apoiam o afastamento da atual presidente, e há também quem o recuse com veemência. Entre estes dois setores opostos, há um número maior ainda de cidadãos que não têm uma opinião muito bem formada sobre o assunto ou sequer tem ideia do que motiva essa "guerra". Entre os que saem às ruas pedindo a saída de Dilma, muitas vezes falta informação sobre como funciona o processo, e quem assume no caso do afastamento.

Alguns fatos nos dão pistas do que pode vir junto com um impeachment.

A FIESP (que é a Federação que reúne os patrões da indústria em São Paulo) tem apoiado os chamados "amarelos", inclusive servindo filé mignon de almoço e oferecendo a rede wi-fi para quem estivesse favorável à causa. Portanto, já temos uma pista: existe um

grande interesse da classe patronal em um novo governo que permita tornar a mão de obra brasileira mais barata, com a aprovação de vários projetos que reduzem direitos dos trabalhadores, entre eles o projeto de lei que amplia as terceirizações, reduzindo salários. Não se engane: quando foi que seu patrão te deu alguma coisa de graça?

Propostas da oposição

Junto com o PSDB, maior partido da oposição, o PMDB já apresentou um plano com medidas a serem executadas após o impeachment. Nesse pacote também está a privatização de diversas empresas estatais, e a entrega do petróleo brasileiro a empresas estrangeiras.

Outras teses dão conta de que o afastamento de Dilma ajudaria a abafar as investigações da Operação Lava Jato, livrando a cara de centenas de pessoas – peixes grandes da política. Entenda: a corrupção sempre exis-

tiu na história do Brasil, mas o fato é que foi neste governo que houve um direcionamento para trazer tudo isso à tona. Cabe lembrar que a Odebrecht declarou pagar propinas desde 1980, ou seja, desde a ditadura militar.

Democracia

Estamos no período mais longo de democracia ininterrupta da história brasileira, portanto temos a oportunidade de aperfeiçoarmos nossos mecanismos de participação. Dilma Rousseff foi eleita com 54 milhões de votos. Se dentre estes milhões o seu voto não está, espere até a próxima eleição. Se você pede a saída de alguém legitimamente eleito e que não cometeu nenhum crime de responsabilidade (única justificativa para um impeachment, de acordo com a Constituição), você está do lado de quem quer um golpe. E, diga a verdade, você quer mais um golpe na história do seu país?

Fonte: Brasil de Fato



SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009
Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Endereço: www.sengerj.org.br
Correio eletrônico: secretaria@sengerj2.org.br
comunicacao@sengerj2.org.br

PRESIDENTE

Olimpio Alves dos Santos

DIRETORIA COLEGIADA

Adalberto Garcia Junior, Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco do Nascimento Filho, Eduardo Ramos Duarte, Fernando de Carvalho Turino, Flávio Ribeiro Ramos, Gunter de Moura Angelkorte, Herminio de Aguiar Caldeira, Jorge Antônio da Silva, Jorge Mendes Vieira de Carvalho, Jorge Saraiva da Rocha, Julio César Arruda de Carvalho, Luiz Antônio Cosenza, Marco Antônio Barbosa, Maria Virginia Martins Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Nei Rodrigues Bezerra, Paulo Cesar Nayfeld Granja, Roberto Ricardo de Araújo Goes, Vera Bacelar Cantanhede de Sá e Victor Marchesini Ferreira.

CONSELHO EDITORIAL

Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Saraiva da Rocha e Miguel Santos Leite Sampaio

CONSELHO FISCAL

Titulares: José Stelberto Porto Soares, Paulo Cesar Quintanilha e Sônia da Costa Rodrigues
Suplentes: Antonio Carlos Alvares Grillo, Euler João Geraldo da Silva e Rogério Antônio da Silva Matos

JORNAL DO ENGENHEIRO

Editora e jornalista responsável:

Katarine Flor (Reg. Prof. 312821)

Repórter: Marcelle Pacheco

Estagiária: Fernanda Ramos

Diagramação: Leonardo Santos

Revisor: NPC

E-mail: imprensa@sengerj.org.br

Tiragem: 3.000 exemplares

Periodicidade: Mensal

Impressão: Folha Dirigida



Não reconhecemos golpistas e seguiremos em luta por direitos

Em nota, CUT ressalta que governo ilegítimo de Temer não terá vida fácil para retirar conquistas da classe trabalhadora

Em reunião plenária do Senado, realizada no dia 11 de maio, foi aprovada por 55 a 22 votos a admissibilidade do impeachment da Presidenta Dilma, que foi afastada do cargo por um período de até 180 dias, para que o processo seja concluído. Chega-se, assim, aos momentos finais do mais infame golpe cometido contra a democracia brasileira, desde que ela foi reconquistada pelo povo brasileiro ao derrotar nos anos oitenta a ditadura militar.

A CUT vem protagonizando, junto com as forças democrático-populares, representadas pela Frente Brasil Popular e pela Frente Povo Sem Medo, uma longa luta de resistência contra a iniciativa das forças conservadoras brasileiras que usam a farsa do impeachment para usurpar o poder conquistado nas urnas pela Presidenta Dilma, sem que ela tenha cometido nenhum crime de responsabilidade. Isto é golpe.

Ao dar continuidade ao ritual prescrito pelo poder judiciário, os senadores, entre os quais vários estão sendo investigados sob a suspeição de crime, condenam uma inocente. Isto é inaceitável e mancha, de forma vergonhosa, nossa história republicana.

O golpe foi arquitetado pelas forças conservadoras, instigado pela mídia oligopolizada e financiado por empresários nacionais que querem retirar direitos da classe trabalhadora e por empresas multinacionais interessadas na privatização de empresas brasileiras e em nossas riquezas naturais, como o Pré-Sal. Tem sido apoiado pelos setores reacionários da classe média com suas patéticas manifestações e seu rito foi formalizado pelo poder judiciário. Foi conduzido na sua primeira fase de forma escandalosa pela Câmara



Papel da CUT será de resistência aos ataques a direitos trabalhistas

dos Deputados e está sendo finalizado agora pelo Senado, cuja maioria capitula diante da pressão do poder econômico, tornando-se cúmplice da ruptura da ordem democrática. Ao contrário do que propala a grande mídia, de que nossas instituições políticas continuam sólidas, a farsa do impeachment revela a que estágio de decomposição elas chegaram.

A CUT não reconhece o governo Temer e o condena como ilegítimo, por desrespeitar a vontade da maioria dos cidadãos brasileiros que elegeu a Presidenta Dilma com 54 milhões de votos em 2014, portanto é o único governo eleito e legítimo. Junto às forças democrático-populares representadas pela FBP e pela FPSM, resistirá a toda e qualquer iniciativa de criminalizar os movimentos sociais, de retirar direitos dos/as trabalhadores/as. Combaterá medidas já anunciadas que visam precarizar as relações de trabalho, diminuir o investimento nas políticas sociais, arrochar os salários, acabar com a política de valorização do

salário mínimo, privatizar estatais e anular despesas constitucionais obrigatórias com saúde e educação, piorando a qualidade das políticas públicas. Não aceitaremos que a classe trabalhadora e os setores mais pobres da população sejam onerados com mais sacrifícios. A CUT resistirá igualmente a qualquer iniciativa de abdicar da soberania nacional diante dos centros imperialistas.

Conclamamos nossas bases a resistir ao governo Temer. Lutamos até agora contra o golpe e continuaremos lutando, nas ruas e nos locais de trabalho, para reconduzir o país ao Estado de Direito, ao regime democrático e para fortalecer o povo, de onde emana todo o poder, para efetuar a necessária reforma de nossas instituições políticas.

NÃO AO GOLPE! FORA TEMER!

NÃO MEXAM EM NOSSOS

DIREITOS!

DIREÇÃO EXECUTIVA DA CUT

**FISENGE:
A LUTA
CONTINUA!**

Um capítulo sombrio nas páginas da História. O Brasil ratificou, no dia 11/05, no Senado, uma farsa com o aceite do afastamento de Dilma Rousseff, a primeira mulher eleita para a presidência da República. Nos bastidores da plutocracia brasileira, foi traçada uma conspiração, que atende à lógica do poder econômico e do coronelismo. O Congresso Nacional é o símbolo das dinastias dos sobrenomes abastados e do balcão de negócios, que amordaça os princípios democráticos e republicanos a cada dia. A atuação dos meios de comunicação pela manipulação da informação e instalação do pensamento hegemônico é um atentado à cidadania. Precisamos aprofundar a nossa democracia com representatividade, participação popular e controle social. A lógica de direitos precisa prevalecer sobre a de privilégios, e são necessárias e urgentes: a reforma tributária, a taxação de grandes fortunas e heranças, a auditoria cidadã da dívida pública e a democratização dos meios de comunicação. Estes são elementos essenciais para a reforma do sistema político brasileiro.

11 de maio de 2016 é uma data que entra para a História com a afirmação da tragédia democrática. 11 de maio de 2016 também entrará para a História com a unificação das lutas populares e da classe trabalhadora. As ruas continuarão sendo nossas, do povo brasileiro. Seguiremos determinados pelo fortalecimento do movimento sindical, defendendo direitos e conquistas sociais e trabalhistas. Com coragem, continuaremos lutando contra o retrocesso. A luta continua!

Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge)
Rio de Janeiro, 11 de maio de 2016



Senado decide instaurar impeachment contra Dilma Rousseff

Afastada por 180 dias, presidenta eleita disse nunca imaginar que seria necessário lutar contra um novo golpe

Por 55 votos a favor e 22 contra, o Senado decidiu pela instauração do impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff e a afastou por até 180 dias. A decisão foi tomada em votação que começou no dia 11 de maio e terminou apenas na madrugada do dia 12. O vice Michel Temer assumiu o governo interinamente. O Palácio do Planalto, residência oficial da presidência, continua sendo utilizado por Dilma durante os 180 dias de afastamento.

Durante a sessão de votação no Senado, parlamentares críticos ao impeachment também prometeram uma "oposição dura" a Temer. "Eu não tenho dúvida de que, para a história, isso será tratado como um golpe parlamentar contra a democracia brasileira. Estão dando esse golpe porque o programa deles jamais ganharia uma eleição. Não reconheceremos Temer, ele é o primeiro a assumir a Presidência como ficha suja e inelegível", afirmou Lindbergh Farias (PT-RJ), que comparou a situação de Dilma com a oposição sofrida por Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek.

Em pronunciamento oficial realizado na manhã do dia 12, a presidenta Dilma Rousseff afirmou: "Fui eleita por 54 milhões de brasileiros e brasileiras e nessa condição me dirijo a vocês. Nunca imaginei que seria necessário lutar de novo contra um golpe em nosso país. Já sofri a dor da tortura e da doença, agora sofro a da injustiça."

Além de considerar o impeachment uma afronta à democracia, ela alertou para o risco de retrocessos sociais de avanços conquistados



Marcos Oliveira/Agência Senado

Votação no Senado começou no dia 11 de maio e terminou apenas na madrugada do dia 12; foram 55 votos a favor do afastamento de Dilma

pelo PT. Dilma fez ainda referências ao presidente afastado da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), ao dizer que "não tem contas no exterior" nem recebeu propina ou compactuou com corrupção.

"Não cometi crime de responsabilidade. Não tenho contas no exterior, jamais compactuei com a corrupção. Esse processo é frágil, juridicamente inconsistente, injusto, desencadeado contra pessoa honesta e inocente. A maior das brutalidades

que pode ser cometida por qualquer ser humano: puni-lo por um crime que não cometeu", disse Dilma.

O QUE ACONTECE AGORA

Com a decisão tomada no Senado, o processo volta à Comissão Processante do impeachment na Casa, iniciando-se a fase de instrução do julgamento. A partir deste momento, os procedimentos serão presididos pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF).

No decorrer dos trabalhos no Senado, qualquer questão de ordem ou dúvida que não seja suficientemente sanada por Raimundo Lira (PMDB-PB), responsável pela comissão, deverá ter recurso dirigido a Ricardo Lewandowski, ministro do STF. Também cabe ao ministro presidir a sessão final, no plenário do Senado, em que a presidenta será definitivamente julgada pelos senadores – em segunda votação –, na qual os parlamentares se posicionarão sobre a cassação de Dilma.



SENGE-RJ:

RESISTIR AO GOLPE E AO RETROCESSO!

O afastamento da presidenta Dilma Rousseff no dia 11 de Maio de 2016 foi uma manobra amplamente articulada pelas forças mais conservadoras do país, contando com o apoio de parte do próprio poder executivo, do legislativo e principalmente do poder judiciário que lhe forneceu o estatuto “legal”. Especialmente após a divulgação das conversas telefônicas de Romero Jucá, escolhido por Michel Temer como novo ministro do planejamento, a aparência de legalidade e a concessão do “amplo direito de defesa” constituem peças essenciais para seus defensores que tentem descaracterizar sua face cruel: UM GOLPE.

Seu significado trágico para os trabalhadores e todos os movimentos sociais logo apareceram com a

nomeação dos novos ministros. Agora, Henrique Meirelles, conhecido representante do capital financeiro internacional, comanda o espetáculo farsesco como mestre de cerimônias. Um representante do Banco Itaú vai para o Banco Central, o exministro do apagão de FHC vai para a Presidência da Petrobrás e o ministro da Justiça até bem pouco tempo comandava as forças de segurança do estado de S. Paulo, não por acaso uma das mais violentas do país.

Como não poderia deixar de ser, o arranjo ilegítimo montado não conta com o reconhecimento internacional, fato amplamente noticiado e discutido na imprensa estrangeira sem disfarces nem mistificação, características principais da mídia nacional, coadjuvante, subserviente e sempre

alinhada aos interesses do capital.

O que está em jogo é a ameaça à democracia por um golpe que, se confirmado, retirará o direito da sociedade à escolha de seu representante através do voto. É a joia da Coroa do golpe: a Democracia! As classes dominantes encontraram um meio de, ao arripio da nossa Constituição, anular a seu critério, qualquer vontade colocada pela maioria da população.

Também volta à baila a reforma trabalhista, nitidamente uma reivindicação do setor empresarial para retirar direitos dos trabalhadores e aumentar seus lucros num momento de crise de acumulação de capital. Essa pseudorreforma ficou adormecida por falta de viabilidade política nos governos anteriores e agora encon-

tra terreno fértil para ser colocada na pauta, mas vai contar com a resistência do movimento sindical e dos trabalhadores em geral.

Como se não bastasse, os sonhos de uma inserção soberana no contexto internacional, a formação de uma aliança comercial entre as nações emergentes, os BRIC's, e o próprio pré-sal estão ameaçados. José Serra como ministro das Relações Exteriores simboliza tudo que queremos evitar.

Dessa forma, a ponte para o retrocesso está sendo montada. Cabe aos trabalhadores construir um amplo movimento de mobilização nacional de resistência ao golpe e ao retrocesso. E ele já desponta nas constantes manifestações de rua que só tendem a crescer e a se generalizar.

COMO FOI A VOTAÇÃO NO SENADO

- **Acir Gurgacz**
PDT - RO
- **Aloysio Nunes Ferreira**
PSDB - SP
- **Alvaro Dias**
PV - PR
- **Ana Amélia**
PP - RS
- **Angela Portela**
PT - RR
- **Antonio Anastasia**
PSDB - MG
- **Antonio Carlos Valadares**
PSB - SE
- **Armando Monteiro**
PTB - PE
- **Ataídes Oliveira**
PSDB - TO
- **Aécio Neves**
PSDB - MG
- **Benedito de Lira**
PP - AL
- **Blaio Maggi**
PR - MT
- **Cássio Cunha Lima**
PSDB - PB
- **Ciro Nogueira**
PP - PI
- **Cristovam Buarque**
PPS - DF
- **Dalirio Beber**
PSDB - SC
- **Dário Berger**
PMDB - SC

- **Davi Alcolumbre**
DEM - AP
- **Delcídio do Amaral**
S/sigla - MS
- **Donizeti Nogueira**
PT - TO
- **Edison Lobão**
PMDB - MA
- **Eduardo Amorim**
PSC - SE
- **Eduardo Braga**
PMDB - AM
- **Elmano Férrer**
PTB - PI
- **Eunício Oliveira**
PMDB - CE
- **Fátima Bezerra**
PT - RN
- **Fernando Bezerra Coelho**
PSB - PE
- **Fernando Collor**
PTC - AL
- **Flexa Ribeiro**
PSDB - PA
- **Garibaldi Alves Filho**
PMDB - RN
- **Gladson Cameli**
PP - AC
- **Gleisi Hoffmann**
PT - PR
- **Hélio José**
PMDB - DF
- **Humberto Costa**
PT - PE

- **Ivo Cassol**
PP - RO
- **Jader Barbalho**
PMDB - PA
- **João Alberto Souza**
PMDB - MA
- **João Capiberibe**
PSB - AP
- **Jorge Viana**
PT - AC
- **José Agripino**
DEM - RN
- **José Maranhão**
PMDB - PB
- **José Medeiros**
PSD - MT
- **José Pimentel**
PT - CE
- **José Serra**
PSDB - SP
- **Lasier Martins**
PDT - RS
- **Lídice da Mata**
PSB - BA
- **Lindbergh Farias**
PT - RJ
- **Lúcia Vânia**
PSB - GO
- **Magno Malta**
PR - ES
- **Marcelo Crivella**
PRB - RJ
- **Maria do Carmo Alves**
DEM - SE

- **Marta Suplicy**
PMDB - SP
- **Omar Aziz**
PSD - AM
- **Otto Alencar**
PSD - BA
- **Paulo Bauer**
PSDB - SC
- **Paulo Paim**
PT - RS
- **Paulo Rocha**
PT - PA
- **Raimundo Lira**
PMDB - PB
- **Randolfe Rodrigues**
REDE - AP
- **Regina Sousa**
PT - PI
- **Reguffe**
s/ sigla - DF
- **Renan Calheiros**
PMDB - AL
- **Ricardo Ferraço**
PSDB - ES
- **Roberto Requião**
PMDB - PR
- **Roberto Rocha**
PSB - MA
- **Romário**
PSB - RJ
- **Romero Jucá**
PMDB - RR
- **Ronaldo Caiado**
DEM - GO

- **Rose de Freitas**
PMDB - ES
- **Sérgio Petecão**
PSD - AC
- **Simone Tebet**
PMDB - MS
- **Tasso Jereissati**
PSDB - CE
- **Telmário Mota**
PDT - RR
- **Valdir Raupp**
PMDB - RO
- **Vanessa Grazziotin**
PCdoB - AM
- **Vicentinho Alves**
PR - TO
- **Waldemir Moka**
PMDB - MS
- **Walter Pinheiro**
s/ sigla - BA
- **Wellington Fagundes**
PR - MT
- **Wilder Moraes**
PP - GO
- **Zeze Perrella**
PTB - MG

81 senadores

55 A FAVOR
22 CONTRA
3 AUSENTE
1 ABSTENÇÃO



Foto: Agência Brasil

Gravação com Jucá indica que impeachment foi golpe

Ele sugeriu uma "mudança" no governo para conter investigações da operação Lava-Jato

Fonte: Brasil de Fato

Em diálogos gravados em março passado – e revelados na edição de segunda-feira (23) pelo jornal Folha de S.Paulo, o ministro interino do Planejamento, senador licenciado Romero Jucá (PMDB-RR), sugeriu ao ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado, que uma "mudança" no governo federal resultaria em um pacto para "estancar a sangria" representada pela Operação Lava Jato. À época, ambos se sentiam ameaçados pela iminente revelação de envolvimento em casos de corrupção e propina.

Segundo a reportagem, as conversas, que estão em poder da Procuradoria-Geral da República, ocorreram semanas antes da votação na Câmara que desencadeou o impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

Machado se mostra preocupado

com o envio do seu caso para a PF de Curitiba e chegou a fazer ameaças: "Aí f... Aí f... para todo mundo. Como montar uma estrutura para evitar que eu 'desça'? Se eu 'descer'...".

O atual ministro concorda que o envio do processo para o juiz Sérgio Moro não seria uma boa opção e o chamou de "uma 'Torre de Londres'", em referência ao castelo da Inglaterra em que ocorreram torturas e execuções entre os séculos 15 e 16. Segundo ele, os suspeitos eram enviados para lá "para o cara confessar".

Por sua vez, Jucá afirma que seria necessária uma resposta política: "Tem que resolver essa p... Tem que mudar o governo para estancar essa sangria", diz Jucá. Ele acrescenta que um eventual governo Michel Temer deveria construir um pacto nacional "com o Supremo, com tudo". Machado concorda: "aí parava tudo".



Gravações revelam que Jucá pode ter sido um dos principais articuladores do golpe

Na conversa, eles dizem que o único empecilho no pacto era o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), porque odiaria Cunha. "Só Renan que está contra essa p... porque não gosta do Michel, porque o Michel é Eduardo Cunha. Gente, esquece o Eduardo Cunha. O Eduardo Cunha está morto, p...", afirma Jucá no diálogo gravado.

"O Renan reage à solução do Michel. P..., o Michel, é uma solução

que a gente pode, antes de resolver, negociar como é que vai ser. 'Michel, vem cá, é isso, isso e isso, vai ser assim, as reformas são essas'", diz Jucá a Machado.

O advogado do ministro do Planejamento, Antonio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, afirmou que Romero Jucá "jamais pensaria em fazer qualquer interferência" na Lava Jato e que as conversas não contêm ilegalidades.

Impeachment sem crime agrediu democracia

Nem na Câmara nem no Senado se apresentaram provas concretas que incriminem Dilma Rousseff

Editorial Brasil de Fato

A quinta-feira, 12 de maio, ficará na memória do povo brasileiro como o dia em que o voto de 54 milhões de eleitores foi desprezado e, por meio de um golpe, a primeira mulher eleita presidente do Brasil foi afastada.

Em cumprimento a um rito que agride nossa democracia, o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), encaminhou o processo de impeachment ao Senado. Lá, a decisão da maioria foi favorável

ao parecer do relator da Comissão Especial, Antonio Anastasia (PSDB-MG), que dá continuidade ao processo por considerar que Dilma praticou crime de responsabilidade. Com essa decisão, ela é afastada por até seis meses, até que haja a votação final, que decidirá pelo impeachment ou não.

No entanto, nem na Câmara nem no Senado se apresentaram provas concretas que incriminem Dilma Rousseff e que a impeçam de exercer seu mandato até o final. Acusam-na pelas pedaladas fiscais, porém, se isso fosse considerado crime, o impedimento também seria para Temer e para 16 dos atuais governadores. Se não bastasse, o próprio Anastasia tam-

bém utilizou as pedaladas no governo de Minas Gerais. O que vem sendo orquestrado é tão absurdo, que quem acusa são os que cometeram os crimes dos quais a presidente é acusada! Ou seja, para ela vale, para eles não!

Se os fundamentos de acusação são precários, a origem do golpe não é. Sustenta-se no realinhamento do Brasil com os interesses dos Estados Unidos, na criminalização das lutas sociais e na retirada dos direitos dos trabalhadores. O indicativo do que será o novo governo está desenhado no programa "Ponte para o Futuro" que reúne interesses do capital internacional e permite que ele faça o que sempre quis: privatizar, não permitir

que o Brasil se desenvolva como nação soberana e aumentar a exploração de maneira inédita.

Não é hora de desanimar! Neste cenário é fundamental não só mantermos, mas intensificarmos as mobilizações contra o golpe propostas pela Frente Brasil Popular, pela Frente Povo Sem Medo e por inúmeras iniciativas de artistas, estudantes, religiosos e intelectuais.

O sentimento de que fomos traídos e golpeados se espalha e é nas ruas que travaremos grandes combates denunciando os golpistas e o modelo econômico anti-popular a ser adotado por Temer. Nossa luta segue e, com olhar altivo, seguiremos em alerta contra o retrocesso em nosso país!



Medidas anunciadas por Temer são estelionato golpista

Para a CUT, medidas anunciadas pelo governo golpista confiscam direitos dos trabalhadores

Fonte: CUT

As medidas econômicas anunciadas na terça-feira (24) pelo governo interino do vice-presidente Michel Temer evidenciam que os golpistas estão colocando em prática as propostas que os empresários e o sistema financeiro exigiram como condição para financiar o golpe.

Junto com a equipe da Fazenda, Temer anunciou o fim do Fundo Soberano, teto do crescimento das despesas, entre elas, saúde, educação, moradia e agricultura familiar, o que vai contribuir para aumentar a recessão e o desemprego; revisão do regime de partilha do pré-sal e desca-

pitalização do BNDES, entre outras medidas, que representam um ataque direto às conquistas e aos direitos da classe trabalhadora brasileira.

Para a CUT, Temer está tirando os benefícios conquistados nos governos Lula e Dilma e também na Constituição de 1988. As medidas representam um retrocesso de três décadas, voltando à política de direitos sociais da ditadura militar. Mais uma vez os trabalhadores é que vão pagar a conta de um dos ajustes fiscais

Uma das propostas é desvincular o piso dos benefícios da previdência do salário mínimo, reduzindo o poder de compra dos aposentados

mais perversos dos últimos anos.

Temer se uniu aos mais retrógrados setores da sociedade para implantar um programa neoliberal rejeitado nas urnas. Temer representa um projeto de quem não tem compromisso com a classe trabalhadora, não respeita os aposentados e muito me-

nos a população de baixa renda.

Uma das propostas é desvincular o piso dos benefícios da previdência do salário mínimo, reduzindo o poder de compra dos aposentados, que

poderão receber menos de um salário mínimo por mês.

Medidas como as que Temer anunciou foram derrotadas pelo povo em quatro eleições seguidas – desde 2002. Só um governo interino, golpista e ilegítimo poderia apresentar propostas tão perversas contra a classe trabalhadora.

Conclamamos a sociedade, principalmente os trabalhadores do campo e da cidade, a ir às ruas e protestar contra esse estelionato golpista. Todas as formas de resistência são possíveis, democráticas e necessárias, desde grandes manifestações de aposentados a atos nos locais de trabalho, paralisações parciais e também a greve geral.

FUP E CUT ALERTAM

Não permitiremos que o Pré-Sal seja moeda de troca dos golpistas

A FUP e a CUT repudiam as medidas anunciadas pelo governo ilegítimo de Michel Temer, entre elas a intenção de abrir a exploração do Pré-Sal para as multinacionais. Como vínhamos alertando, o principal objetivo dos golpistas é tomar de assalto a mais cobiçada reserva de petróleo do planeta. Um tesouro que os especialistas estimam conter no mínimo 273 bilhões de barris de óleo.

Portanto, quando Temer anunciou que irá priorizar a aprovação do Projeto de Lei 4567/16, que tira da Petrobrás a garantia de ser a operadora única do Pré-Sal e de ter participação mínima de 30% nos campos licitados, começou a pagar a conta dos financiadores do golpe.

Abrir a operação do Pré-Sal para

as multinacionais é o primeiro passo para acabar com o regime de partilha, conquistado a duras penas pelo povo brasileiro para que o Estado possa utilizar os recursos do petróleo em benefício da população.

Além de ser a única petrolífera que movimenta a cadeia nacional do setor, gerando empregos e investimentos no país, a Petrobrás é também a única empresa que detém domínio tecnológico para operar o Pré-Sal com custos abaixo da média mundial. Menores custos significam mais recursos para a educação e a saúde, setores que o governo ilegítimo de Michel Temer anunciou que serão contingenciados.

O Pré-Sal, além de fazer do nosso país um dos principais produtores mundiais de petróleo, é a maior ri-



Foto: FUP

Militantes protestam contra as tentativas de privatização da Petrobrás

queza que a nossa nação dispõe para garantir desenvolvimento econômico e social ao povo brasileiro. Para isso, é fundamental que tenhamos uma empresa nacional de porte na operação destas reservas.

Abrir mão da Petrobrás como operadora do Pré-Sal é ir na contramão do mundo.

As empresas nacionais e estatais de petróleo detêm 90% das reservas de óleo e gás do planeta e são responsáveis por 75% da produção mundial.

Se a Petrobrás deixar de operar o Pré-Sal, nenhuma outra petrolífera investirá em nosso país, movimentando a indústria nacional,

como faz a estatal brasileira.

Mais de 90% das contratações do setor são feitas pela Petrobrás. Nenhum navio, sonda ou plataforma foram produzidos no Brasil a pedido das multinacionais que operam no país.

Os trabalhadores e a sociedade organizada não permitirão que o Pré-Sal seja entregue à Chevron e às outras multinacionais, como prometeu José Serra, autor do projeto de lei que Michel Temer quer aprovar.

Essa conta não será paga pelo povo brasileiro.

José Maria Rangel - Coordenador Geral da FUP
Vagner Freitas - Presidente Nacional da CUT



Conheça os ministros de Temer

Veja o perfil dos onze primeiros ministros escolhidos por Michel Temer. Lista tem investigados da Lava-Jato, quem se posiciona contra direitos trabalhistas e contra a Comissão da Verdade

Fonte: BRASIL DE FATO



ROMERO JUCÁ
Planejamento,
Desenvolvimento e
Gestão

- Dentro da operação Lava Jato, Jucá foi citado mais de uma vez como tendo recebido propinas. Uma dessas citações feita na delação do empreiteiro Ricardo Pessoa, da UTC engenharia, deu origem a um inquérito que investiga o senador.

Pessoa afirmou que Jucá pediu R\$1,5 milhão em doações para as eleições de 2014, em Roraima, quando seu filho, Rodrigo Jucá, de 34 anos, foi candidato a vice-governador.

O repasse, afirma o empreiteiro, estaria relacionado à contratação da UTC para construção da usina nuclear Angra 3. Jucá confirma o pedido de doação, mas nega ligação com a contratação da empreiteira.



GEDEL VIEIRA LIMA
Secretário
de Governo

- É citado na operação Lava Jato sob suspeita de negociar propina com a empreiteira OAS, o que ele nega. Está na mira da PGR por causa de lobbies que ele teria realizado junto à OAS, para a Caixa Econômica Federal nos tempos em que ele

ocupava a Secretaria da Aviação Civil da Presidência e a Prefeitura de Salvador.



BRUNO ARAÚJO
Cidades

- Tem seu nome citado em uma lista de doações feitas pela empreiteira Odebrecht. Apreendida em uma das fases da Lava Jato, em março.



SÉRGIO ETCHGOYEN
Gabinete de Segurança
Institucional

- Sérgio Etchegoyen é general da ativa do exército. Em 2014, ele classificou o relatório da Comissão Nacional da Verdade, que investigou crimes da ditadura militar, de "leviano". O documento responsabilizou o pai de Etchegoyen, Leo Guedes Etchegoyen, por violações de direitos humanos durante o Governo militar.



JOSÉ SERRA
Relações Exteriores

- Ligado à privatária tucana do governo FHC que movimentou milhões de dólares, fez lavagem de dinheiro através de offshores – empre-

sas de fachada que operam em Paraísos Fiscais – no Caribe. Além disso foi investigado por suposto envolvimento com os cartéis do metrô em São Paulo.



RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA
Trabalho

- Apresentou em 2011 um projeto de lei para que as faltas de trabalhadores domésticos fossem descontadas do período de férias.



BLAIRO MAGGI
Agricultura, Pecuária e
Abastecimento

- Bilionário brasileiro, integrante da bancada ruralista, é um dos maiores produtores de soja do mundo. Relatou a PEC que praticamente propõe o fim do licenciamento ambiental.



ELISEU PADILHA
Casa Civil

- O STF rejeitou denúncia da Procuradoria Geral da República (PGR) que acusava Padilha de envolvimento em suposto esquema de desvio de verba pública de merenda escolar no município de Canoas (RS).



MAURICIO QUINTELLA
Transportes, Portos e
Aviação Civil

- Foi condenado em agosto de 2014 por participação em um esquema que desviou dinheiro destinado ao pagamento de merenda escolar em Alagoas, entre 2003 e 2005, quando era secretário de Educação do Estado.



GILBERTO KASSAB
Ciência e Tecnologia e
Comunicações

- A Justiça do Estado de São Paulo enviou ao Supremo Tribunal Federal pedido de investigação de Serra e Kassab por suposta prática de improbidade administrativa durante suas gestões na Prefeitura de São Paulo.



HENRIQUE ALVES
Turismo

- Henrique Eduardo Alves é investigado na Lava Jato, com seu apartamento tendo sido alvo de operação de busca e apreensão devido a suspeitas de lobby junto a executivos da OAS, detectadas em mensagens.



Senge-RJ

**SINDICATO DOS ENGENHEIROS
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009
Tel: (0 XX 21) 3505-0707
Endereço: www.sengerj.org.br
Correio eletrônico: secretaria@sengerj2.org.br
comunicacao@sengerj2.org.br